



MUNICÍPIO DE  
**GUIMARÃES**

DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE  
FINANCIAMENTOS

Programa de Concurso

Concurso Limitado por Prévia Qualificação n.º 1/24

Aquisição de serviços de segurança e de vigilância nas  
instalações e equipamentos do Município de Guimarães e  
Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)

**Preço base: 5.616.000,00€**



## ÍNDICE

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO .....	4
2.	ENTIDADE ADJUDICANTE .....	4
3.	ÓRGÃO AUTOR DA DECISÃO DE CONTRATAR .....	4
4.	PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PREVALÊNCIA.....	4
5.	PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, ERROS E OMISSÕES E RETIFICAÇÕES OFICIOSAS .....	5
6.	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A ENTREGA DAS CANDIDATURAS/PROPOSTAS .....	6
7.	INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS (SE APLICÁVEL) .....	6
8.	IMPEDIMENTOS .....	7
9.	AGRUPAMENTOS.....	7
10.	CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS .....	7
11.	REQUISITOS MÍNIMOS DA CAPACIDADE TÉCNICA .....	8
12.	REQUISITOS MÍNIMOS DA CAPACIDADE FINANCEIRA.....	8
13.	CONTEÚDO DA CANDIDATURA E SEUS DOCUMENTOS.....	10
14.	MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS .....	11
15.	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS.....	12
16.	ANÁLISE DAS CANDIDATURAS.....	12
17.	CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO .....	12
18.	RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL .....	12
19.	DEVER E PRAZO DE QUALIFICAÇÃO.....	13
20.	NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO .....	13
21.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE .....	13
22.	CONVITE .....	13
23.	CONTEÚDO DA PROPOSTA E SEUS DOCUMENTOS .....	13
24.	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	15
25.	PROPOSTAS VARIANTES .....	15
26.	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	15
27.	ANÁLISE DAS PROPOSTAS, ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES .....	15
28.	PREÇO BASE .....	16
29.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	16
30.	RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL .....	17
31.	NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO .....	17
32.	PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	18
33.	CAUÇÃO, MODO E PRAZO DE PRESTAÇÃO .....	19



1.

---

34.	CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO .....	19
35.	MINUTA DO CONTRATO .....	19
36.	OUTORGA DO CONTRATO .....	20
37.	DESPESAS E ENCARGOS .....	20
38.	RECURSO A AJUSTE DIRETO .....	20
39.	EFICÁCIA FINANCEIRA .....	21
40.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	21
<b>ANEXOS .....</b>		<b>22</b>
ANEXO II.....		23
ANEXO III.....		24
ANEXO IV .....		25
ANEXO V.....		26
ANEXO VI .....		27
ANEXO B.....		28



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

**1.1.** O procedimento adotado é o Concurso Limitado por Prévia Qualificação, nos termos do disposto nos artigos 162.º a 192.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, justificando-se com base nos seguintes fundamentos:

- Escolha das entidades que reúnem os requisitos para assegurar a prossecução dos objetivos do Município, em termos de vigilância das instalações e equipamentos do Município de Guimarães, e Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES) nas melhores condições em termos de preço, de entre as entidades a selecionar, de acordo com as cláusulas do caderno de encargos.

**1.2.** Este concurso designa-se por Concurso Limitado por Prévia Qualificação n.º 1/24, e tem por objeto a aquisição de serviços de segurança e de vigilância nas instalações e equipamentos do Município de Guimarães e Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES), de acordo com as cláusulas do caderno de encargos.

**1.3.** A sua tramitação ocorre integralmente na plataforma eletrónica Acingov, acessível em <http://www.acingov.pt>.

## 2. ENTIDADE ADJUDICANTE

**2.1.** A entidade adjudicante é o Município de Guimarães com sede no Largo Cónego José Maria Gomes, 4804-534 Guimarães, titular do número de identificação fiscal de pessoa coletiva 505948605 e com o número de telefone +351 253421273.

**2.2.** Os endereços eletrónicos para efeitos do presente concurso são: [www.cm-guimaraes.pt](http://www.cm-guimaraes.pt) e [concursos@cm-guimaraes.pt](mailto:concursos@cm-guimaraes.pt), constituindo, respetivamente, o sítio institucional e o endereço de correio eletrónico.

## 3. ÓRGÃO AUTOR DA DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão competente para a decisão de contratar é a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do CCP.

## 4. PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PREVALÊNCIA

**4.1.** As peças que integram o procedimento são o anúncio, o programa de concurso, o caderno de encargos, o convite e os respetivos anexos, que prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica, em caso de divergência.

**4.2.** As indicações constantes do programa de concurso e do caderno de encargos prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência.

**4.3.** Os elementos acima indicados são integralmente disponibilizados na plataforma eletrónica identificada em 1.3., desde a data de publicação do anúncio.



- 4.4. Caso as peças não sejam disponibilizadas desde o dia da publicação do anúncio, há lugar, oficiosamente ou a pedido de qualquer interessado, a prorrogação de prazo para apresentação de candidatura, no mínimo por período equivalente ao atraso verificado.
- 4.5. À prorrogação do prazo aplica-se o disposto no n.º 4 do artigo 175.º do CCP.
- 4.6. As normas do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento relativas às fases de formação e de execução do contrato com aquelas desconformes.

## 5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, ERROS E OMISSÕES E RETIFICAÇÕES OFICIOSAS

- 5.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados ao órgão competente para a decisão de contratar pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica **até ao final** do último dia do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
- 5.2. No mesmo prazo devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 5.3. Para efeitos do presente procedimento consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
  - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- 5.4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, o Júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados nos termos do 5.1. e o órgão competente para a decisão de contratar, deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 5.5. Caso se pronuncie pela aceitação de erros e/ou de omissões, o órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
- 5.6. Independentemente do previsto nos números anteriores o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido em 5.4., ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas, caso em que haverá lugar a prorrogação de prazo, nos termos do disposto nos artigos 64.º e 175.º do CCP.



- 5.7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, bem como, as decisões sobre as mesmas tomadas são disponibilizadas na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.
- 5.8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## 6. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A ENTREGA DAS CANDIDATURAS/PROPOSTAS

- 6.1. Para além das situações previstas em 4.4. e 5.6., haverá lugar a prorrogação do prazo para a apresentação de candidaturas/propostas:
- a) Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos em 5.7. sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito;
  - b) Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, impliquem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento.
- 6.2. Na situação referida na alínea a) do número anterior o prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado e, na mencionada alínea b) o prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
- 6.3. O prazo fixado para apresentação das candidaturas/propostas pode, ainda, ser prorrogado pelo período considerado adequado, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o qual aproveita a todos os interessados.
- 6.4. Haverá, igualmente, lugar a prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas, quando a decisão relativa a eventual pedido de classificação de documentos da proposta, apresentada nos termos do disposto no artigo 66.º do CCP, não seja comunicada ao interessado e notificada aos demais interessados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
- 6.5. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que às mesmas tenham acedido publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º e nos n.ºs 1 a 3 do artigo 131.º do CCP.

## 7. INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS (SE APLICÁVEL)

- 7.1. Durante o prazo fixado para a entrega das candidaturas/propostas, os interessados deverão inspecionar os locais da aquisição do serviço e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas candidaturas/propostas, devendo inteirar-se das



condições que influam no modo de execução do serviço e, se a CÂMARA assim o entender, serão acompanhados por um elemento por esta designado.

- 7.2.** Os interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar a apresentação da sua candidatura/proposta.
- 7.3.** Os interessados que efetuarem os estudos e/ou reconhecimento referidos em 7.1., fazem-no por sua própria responsabilidade, sendo da sua responsabilidade o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados com os referidos trabalhos.

## **8. IMPEDIMENTOS**

Não podem ser candidatos ou concorrentes, ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em alguma das situações discriminadas no art.º 55.º do CCP, salvo, havendo relevação dos impedimentos, nos termos do artigo 55.º-A do referido código.

## **9. AGRUPAMENTOS**

- 9.1.** Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 9.2.** Os membros de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
- 9.3.** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da candidatura/proposta, mas os seus membros serão responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 9.4.** Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em agrupamento complementar de empresas (ACE) ou na modalidade de consórcio externo e em regime de responsabilidade solidária.
- 9.5.** O contrato deve prever um dos membros do agrupamento como chefe ao qual deve ser conferida a competência para o representar junto do Município de Guimarães.
- 9.6.** Qualquer alteração ao contrato deve ser previamente comunicada ao Município de Guimarães para efeitos de aprovação.

## **10. CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS**

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação, e é efetuada de acordo com o critério de qualificação da capacidade técnica e financeira, conforme previsto no artigo 179.º do CCP.



## 11. REQUISITOS MÍNIMOS DA CAPACIDADE TÉCNICA

Para o efeito, os candidatos devem cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos mínimos de **capacidade técnica**, devendo para o efeito ser apresentada uma candidatura, a qual deverá conter concretamente os seguintes documentos comprovativos de:

- a) Experiência curricular, recursos humanos, tecnológicos, de equipamento e outros:
  - i) Existência há mais de 5 anos, o que pode ser aferido através da observação da data de constituição da empresa constante da certidão permanente da Conservatória do Registo Comercial;
  - ii) Comprovar que tem ao seu serviço 100 ou mais trabalhadores, devidamente inscritos no Ministério da Administração Interna / Polícia de Segurança Pública, num raio de 100km. Este pedido é necessário considerando a substituição de algum trabalhador ou acréscimo de serviços.
  - iii) Comprovar a prestação de serviços análogos ao presentemente a concurso, prestados nos anos 2021, 2022 e 2023, a pelo menos:
    - I) 2 (duas) entidades empresariais;
    - II) 5 (cinco) municípios e/ou 5 (cinco) Unidades de Saúde, cujo valor anual faturado, seja no mínimo de 100.000,00 euros/município;
  - iv) Comprovar a titularidade de alvará para o exercício da atividade de segurança privada, nomeadamente: Alvará A e C.
- b) Sistemas de controlo de qualidade:

Apenas serão admitidos os candidatos que sejam titulares de certificação no âmbito da norma NP EN ISO 9001:2008 ou ISO 9001:2015, que corresponda à atividade objeto do presente procedimento.
- c) Capacidade de adoção de medidas de gestão ambiental:

Apenas serão admitidos os candidatos que sejam titulares de certificação no âmbito da norma NP EN ISO 14001:2015 que corresponda à atividade objeto do presente procedimento.
- d) Gestão de segurança e saúde no trabalho:

Apenas serão admitidos os candidatos que sejam titulares de certificação no âmbito da norma OHSAS 18001:2007 que corresponda à atividade objeto do presente procedimento.
- e) Gestão da responsabilidade social:

A responsabilidade social de uma organização é a responsabilização pelos impactes da sua atividade na economia, na sociedade e no ambiente. Apenas serão admitidos os candidatos que sejam titulares de certificação no âmbito da norma NP 4469-1:2008.

## 12. REQUISITOS MÍNIMOS DA CAPACIDADE FINANCEIRA

Os candidatos devem comprovar a sua capacidade financeira cumprindo os seguintes **requisitos de capacidade financeira**:

- a) A média aritmética dos últimos 3 últimos exercícios, a saber, 2021, 2022 e 2023 relativa aos seguintes indicadores:
  - a.1) Autonomia financeira (AF)  $\geq 23\%$**



**Cálculo,**

Devem demonstrar possuir Autonomia Financeira (AF), apurada através da média dos últimos três anos. Este indicador traduz a capacidade de financiar o ativo sem recorrer a capital alheio, sendo calculado tendo por base a seguinte fórmula:

$$AF = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Líquido Total}} \times 100$$

em que:

- C – Capitais Próprios (IES – A 5141)
- A - Ativo líquido total (IES – A 5127)

**a.2.) Liquidez geral (LG) ≥ 1 nos 3 exercícios****Cálculo:**

Devem demonstrar possuir Liquidez Geral (LG), apurada através da média dos últimos três anos. A liquidez geral traduz a capacidade da empresa fazer face às suas obrigações de curto prazo através das disponibilidades de curto prazo, sendo calculada tendo por base a seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{Existências + Dívidas de Terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades}}{\text{Dívidas a Terceiros de Curto Prazo}}$$

em que:

- X – Existências (IES – A 5113)
- Y – Disponibilidades (IES – A 5125)
- Z – Dívidas de terceiros a curto prazo (IES – A 5115 + A 5117 + A 5119)
- P – Passivo a curto prazo (IES – A5159)

- b) O candidato deverá demonstrar um volume de negócios médio mínimo (IES – A 5001), para os 3 últimos anos, no montante de 15.000.000,00€ (quinze milhões de euros) por ano;
- c) Os candidatos deverão ter resultados líquidos ≥ 0 em cada um dos 3 últimos exercícios (IES – A 5139);
- d) Para avaliação da capacidade de financiamento das empresas concorrentes considerar-se-á o resultado líquido do exercício;
- e) Deve ser tido em consideração que quando se refere aos anos 2021, 2022 e 2023, poder-se-á tratar de anos económicos, não correspondentes aos respetivos anos civis.



### 13. CONTEÚDO DA CANDIDATURA E SEUS DOCUMENTOS

**13.1.** As candidaturas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** acessível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=p> o DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o DEUCP deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
- b) Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (Norma ISO 9001:2008);
- c) Certificação de Gestão Ambiental (Norma ISO 14001:2004);
- d) Certificação do Sistema de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional (Norma OHSAS 18001:2007);
- e) Certificação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social (NP 4469-1:2008);
- f) Declaração do concorrente na qual indique o volume de negócios em relação aos 3 últimos anos (2021, 2022, 2023) cuja média seja igual ou superior a 15.000.000€;
- g) Declaração fiscal de rendimentos (mod.22 e IES) referentes aos três últimos exercícios findos, ou dos exercícios findos desde a sua constituição, caso esta tenha ocorrido há menos de três anos;
- h) Declaração emitida pelo Departamento de Segurança da PSP onde comprove que detêm o mínimo de 100 vigilantes registados nesse departamento no corrente ano, num raio de 100k;
- i) Comprovativos dos Alvarás: A e C, de acordo com o previsto no artigo 14.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio;
- j) Certidão permanente ou o respetivo código de acesso;
- k) Declaração de inexistência de impedimentos, nos termos do n.º 4 do artigo 69.º do CPA (**Anexo III** ao presente programa de concurso);
- l) Declaração bancária elaborada em conformidade com o modelo de declaração **Anexo IV** do presente programa de concurso, a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do CPP;
- m) A capacidade técnica e financeira deverá ser apresentada por item, com a inclusão dos dados solicitados e os cálculos para a capacidade financeira. Deverão apresentar os comprovativos, e os cálculos das fórmulas discriminadas para cada item;
- n) **Outros**, em conformidade com o solicitado no caderno de encargos.

**13.2.** Apresentação de documento **comprovativo do poder de assinatura de documentos** submetidos na plataforma eletrónica, conforme disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



#### **14. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

- 14.1.** A entrega das candidaturas/propostas do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública identificada em 1.3., obedecendo aos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 14.2.** Os comprovativos, e os cálculos mencionados na alínea m) do ponto anterior devem ser compilados em ficheiro único.
- 14.3.** Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a candidatura/proposta, ou seu elemento integrante, não possa ser apresentado nos termos do ponto 1.3., deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante e, ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas, que deve ser registada por referência à respetiva data e hora, emitindo a entidade adjudicante documento comprovativo dessa receção.
- 14.4.** Os documentos que constituem a candidatura/proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 14.5.** Se pela sua natureza ou origem os documentos que não possam ser redigidos em língua portuguesa terão que fazer-se acompanhar de tradução legalizada ou em relação à qual o candidato/concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
- 14.6.** Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados nos termos dos artigos 54.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.
- 14.7.** Os documentos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete na plataforma.
- 14.8.** Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica, de quem os submete na plataforma, atestando a sua conformidade com o documento original.
- 14.9.** Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do n.º 2 do artigo 3.º



do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de agosto.

**14.10.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

**14.11.** Quando o interessado realizar o carregamento, na plataforma eletrónica, de um ficheiro da candidatura/proposta, este deve estar já encriptado e assinado, com recurso a assinatura eletrónica qualificada.

## **15. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS**

**15.1.** As candidaturas serão entregues até às 23:59 horas do dia 29/11/2024.

**15.2.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.

**15.3.** A retirada de uma candidatura não prejudica o direito de apresentação de nova candidatura dentro do respetivo prazo.

## **16. ANÁLISE DAS CANDIDATURAS**

**16.1.** O Júri do concurso procede à análise das candidaturas para efeitos de qualificação dos respetivos candidatos.

**16.2.** O preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira referidos nos pontos 11 e 12 é comprovado pela análise dos elementos constantes dos documentos destinados à qualificação dos candidatos, conforme disposto no ponto 13.

## **17. CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO**

São qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e da capacidade financeira, enunciados nos pontos 11 e 12 do presente programa de concurso.

## **18. RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL**

**18.1.** Após a análise das candidaturas e a aplicação do critério de qualificação, o Júri elabora, nos termos do artigo 184.º do CCP, um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a qualificação dos candidatos.

**18.2.** No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor a exclusão das candidaturas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 184.º do CCP.



**18.3.** O relatório preliminar será enviado a todos os candidatos, sendo fixado um prazo de 5 dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 185.º do CCP.

**18.4.** Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera, se for o caso, as observações formuladas e elabora o relatório final de qualificação dos candidatos, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer candidatura se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

**18.5.** No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma desqualificação dos candidatos relativamente ao disposto no relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 186.º do CCP.

**18.6.** O Júri elabora o relatório final de qualificação dos candidatos, devidamente fundamentado, nos termos do disposto no artigo 186.º do CCP.

## **19. DEVER E PRAZO DE QUALIFICAÇÃO**

**19.1.** A decisão de qualificação deverá ser proferida pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada a todos os candidatos, no prazo máximo de 44 dias, após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

**19.2.** A notificação da decisão de qualificação será objeto de notificação a todos os candidatos, juntamente com o relatório final de qualificação.

## **20. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO**

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os candidatos da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final da fase de qualificação.

## **21. PRINCÍPIO DA IGUALDADE**

Os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.

## **22. CONVITE**

Juntamente com a notificação da decisão de qualificação, o órgão competente para decisão de contratar, envia convite à apresentação de propostas, em simultâneo, a todos os candidatos qualificados, nos termos do disposto nos artigos 188.º e 189.º do CCP.

## **23. CONTEÚDO DA PROPOSTA E SEUS DOCUMENTOS**

**23.1.** São unicamente admitidas propostas para a totalidade do objeto do presente procedimento.



**23.2.** As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- 23.2.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) acessível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=p>; o DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o DEUCP deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
- 23.2.2. Declaração com indicação do preço contratual, elaborada de acordo com o **Anexo B** ao presente programa de concurso, devendo cumprir o disposto do artigo 60.º do CCP:
- 23.2.2.1. Preço contratual, abrange todos os serviços base solicitados e indicados no caderno de encargos, tendo por referência o período de vigência do contrato a celebrar, e é calculado em função do resultado apurado do somatório dos diferentes parciais. Sempre indicado por extenso, sendo a este que se atende em caso de divergência com o expresso em algarismos. A proposta mencionará expressamente a não inclusão do IVA e que ao preço total acresce aquele imposto à taxa legal em vigor;
- 23.2.2.2. Deverá especificar para cada posto de trabalho, tabela com o preço mensal, anual e contratual para os 36 meses, o número de vigilantes que vão executar o serviço mensalmente, tendo como referência mínima 4,60 vigilantes por cada portaria de 24 horas, as restantes devem ter este valor como referência. No caso de 2 portarias, este mapa deve incluir o número a multiplicar. Todos os valores apresentados serão sem IVA, contabilizando o IVA apenas nos totais;
- 23.2.2.3. A proposta deve referenciar que a partir das 174 horas/mês é devido o pagamento de trabalho extraordinário.
- 23.2.2.4. Deverá ser indicado o valor hora diurna, hora noturna, hora feriados diurna e noturna, hora fim-de-semana noturna e diurna, e o horário que inicia e termina o período noturno;
- 23.2.2.5. Todos os serviços ocasionais que tenham duração superior a um mês têm que estabelecer o preço da proposta apresentada.
- 23.2.2.6. Os comprovativos, e os cálculos para apuramento do preço contratual devem ser compilados em ficheiro único.
- 23.2.3. **Outros**, em conformidade com o caderno de encargos.
- 23.3.** Apresentação de documento **comprovativo do poder de assinatura de documentos** submetidos na plataforma eletrónica, conforme disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 23.4.** Na proposta o concorrente deve incluir os seguintes elementos, se aplicável:



- a) Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP;
- b) Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do Código dos CCP.

#### **24. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas serão entregues até às 23:59 horas do 25.º dia, a contar da data da notificação do convite para apresentação de propostas.

#### **25. PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

#### **26. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

É de 120 dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas, de acordo com o previsto no artigo 65.º do CCP.

#### **27. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES**

- 27.1.** As propostas são analisadas em todos os seus termos ou condições e a tributos, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 146.º e n.º 2 do artigo 70.º do CCP, sendo excluídas aquelas cuja análise revele alguma das situações previstas nos referidos normativos, bem como as que não cumpram com regras específicas fixadas no uso da faculdade do n.º 4 do artigo 132.º, para a qual seja cominada causa de exclusão nos termos da alínea n) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 27.2.** Para efeitos de análise ou da avaliação da proposta o Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários.
- 27.3.** Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 27.4.** O Júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do CCP.



**27.5.** Os pedidos do Júri formulados nos termos dos pontos 27.2. e 27.4., bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

**27.6.** O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

## **28. PREÇO BASE**

**28.1.** O **preço base** é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição da totalidade dos serviços, que constituem o objeto do contrato, sendo fixado para o presente procedimento em **5.616.000,00€**, não incluindo o IVA, para um período contratual máximo de 36 meses.

**28.2.** O preço base referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicatária, nomeadamente, os relativos ao transporte de bens e pessoas, alimentação, alojamento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, se aplicável.

**28.3.** O preço indicado em 28.1. constitui uma mera previsão para o período máximo de vigência do contrato, reservando-se o Município de Guimarães no direito de adquirir as quantidades necessárias ao normal funcionamento dos serviços municipais.

**28.4.** A não utilização da totalidade do preço contratual não dá direito a qualquer indemnização, compensação ou reposição do equilíbrio financeiro do contrato, por eventual quebra de expectativas.

## **29. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**29.1.** As propostas, relativamente às quais não se registre qualquer causa de exclusão, são submetidas a avaliação para efeitos de adjudicação, de acordo com o critério fixado.

**29.2.** A adjudicação é efetuada, de acordo com o seguinte critério:

Do preço mais baixo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

### **29.3. Critério de desempate**

Nos termos do n.º 4 do artigo 74.º do CCP, o programa de concurso deve definir um critério de desempate na avaliação das propostas, que poderá ser um dos previstos no n.º 5 do mesmo artigo, ou outro que a entidade adjudicante entender definir.

Assim, o critério de desempate a utilizar no presente procedimento é o preço mais baixo apresentado para os serviços extras, com base na tabela apresentada com:





- Preço hora diurna, hora noturna, hora feriados diurna e noturna, hora fim-de-semana noturna e diurna, e o horário que inicia e termina o período noturno.

### 30. RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL

- 30.1.** O Júri elabora, nos termos do artigo 146.º do CCP, um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, no qual deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas e a ordenação das propostas admitidas, de acordo com o critério de adjudicação referido no ponto anterior.
- 30.2.** O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado um prazo de 5 dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.
- 30.3.** Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera, se for o caso, as observações formuladas e elabora o relatório final de avaliação das propostas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 30.4.** No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.
- 30.5.** O relatório final, juntamente com os demais documentos é submetido à apreciação da entidade adjudicante, para decidir sobre a aprovação das propostas nele contidas, designadamente para efeitos de decisão de adjudicação.

### 31. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

- 31.1.** A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final. O prazo de suspensão dos efeitos do ato de adjudicação decorre conforme previsto no n.º 3 do artigo 95.º do CCP.
- 31.2.** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para:
- a) Apresentar os documentos de habilitação:
- i. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** do CCP (Anexo II ao presente programa), acompanhado da documentação produzida em execução do artigo 55.º-A do CCP;
  - ii. Documentos emitidos pelas entidades administrativas competente comprovativos de que não se encontra nas situações previstas d) e e) do n.º 1, do artigo 55.º do CCP;



- iii. Certificado de registo criminal, ou na sua falta, documento equivalente, emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente;
  - iv. Apresentar os documentos comprovativos da titularidade de habilitações legalmente exigidas;
  - v. Declaração comprovativa da inscrição de beneficiário efetivo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos do artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e regulamentada através da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto e da Portaria n.º 200/2019, de 28 de junho;
  - vi. Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, no caso em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 9 do artigo 81.º do CCP.
- b) Prestar caução, se exigida;
  - c) Confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
  - d) Da minuta do contrato, se este for reduzido a escrito.

### **32. PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 32.1.** É concedido um prazo de 10 dias úteis, contados da data da notificação da adjudicação, para o adjudicatário apresentar reprodução dos documentos de habilitação indicados no número anterior.
- 32.2.** Os documentos de habilitação são apresentados através da plataforma eletrónica em que decorre o procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
- 32.3.** A apresentação da reprodução dos documentos, quando esses se encontrem disponíveis na internet, pode ser substituída pela indicação, pelo adjudicatário, dos endereços onde podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e os documentos nele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 32.4.** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 32.5.** Caso seja detetada alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados ou nas consultas efetuadas, que possam determinar a caducidade da adjudicação, o prazo para a supressão de irregularidades detetadas, é de 2 dias úteis.
- 32.6.** A pedido do adjudicatário, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, uma única vez, por um período não superior a 5 dias úteis.
- 32.7.** A falta de apresentação dos documentos de habilitação ou a não supressão das irregularidades, no prazo fixado determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no artigo 86.º do CCP.



### 33. CAUÇÃO, MODO E PRAZO DE PRESTAÇÃO

- 33.1.** Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, deve ser prestada uma caução no valor de 5% do preço contratual.
- 33.2.** Caso o contrato preveja renovações o valor da caução tem por referência o seu período de vigência inicial e cada renovação fica condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço de cada um dos respetivos períodos de vigência, nos termos do n.º 4 do artigo 89.º do CCP.
- 33.3.** O prazo para o adjudicatário prestar caução é de 10 dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, devendo essa prestação ser comprovada junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 33.4.** A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução, à primeira solicitação.
- 33.5.** Caso o adjudicatário opte prestar caução por garantia bancária ou por seguro caução, uma ou outra deve ser redigida conforme minuta respetiva que se encontra em Anexo V do presente programa de concurso, constando do Anexo VI a minuta relativa a caução por depósito em dinheiro.
- 33.6.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos a caução que lhe seja exigida.

### 34. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

- 34.1.** Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar os aspetos fundamentais das peças do procedimento;
  - d) Circunstâncias supervenientes, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
- 34.2.** A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.

### 35. MINUTA DO CONTRATO

- 35.1.** A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
- 35.2.** Eventuais reclamações da minuta da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato



nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º, do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

**35.3.** Caso existam ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário, estes serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

### **36. OUTORGA DO CONTRATO**

**36.1.** A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do nº 2 do artigo 77.º do CCP.

**36.2.** O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 dias, a data em que ocorrerá a outorga do contrato.

**36.3.** A adjudicação caduca:

36.3.1. Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado;

36.3.2. Se, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no ponto 9.

### **37. DESPESAS E ENCARGOS**

**37.1.** São da exclusiva responsabilidade dos concorrentes todos os encargos decorrentes da preparação, elaboração e apresentação das candidaturas/propostas.

**37.2.** Constituem encargos do adjudicatário os referentes à prestação de caução, aos emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia, quando aplicável.

### **38. RECURSO A AJUSTE DIRETO**

Nos termos e para os efeitos do disposto da subalínea iv, alínea a), do artigo 27.º, conjugado com a alínea r), do n.º 1, do artigo 164.º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção do procedimento de ajuste direto para a formação de futuros contratos de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares aos do objeto do presente concurso limitado por prévia qualificação.



---

**39. EFICÁCIA FINANCEIRA**

A entidade adjudicante está sujeita à jurisdição e aos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas, razão pela qual, entre outros aspetos, sempre que se atinjam os valores que exigem a fiscalização financeira prévia, será remetido o contrato para esse Tribunal, de modo a serem exercidos tais poderes, com todas as consequências previstas na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

**40. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente procedimento, e o contrato que dele resulte está sujeito ao disposto no Código dos Contratos Públicos, sendo imediatamente aplicáveis as suas normas obrigatórias, e, na omissão de regras, aquelas que o Código prevê dispositivamente.

De acordo com o ponto 8.4.1 da Norma NP EN ISO 9001, relativa ao Sistema de Gestão da Qualidade, o Município deve assegurar a conformidade dos processos, produtos e serviços de fornecedores externos com os requisitos definidos. Neste sentido, o Município definiu critérios de avaliação e monitorização do desempenho dos fornecedores, nomeadamente quanto ao cumprimento das características técnicas, dos requisitos legais e do prazo de entrega.

Anualmente é efetuada uma avaliação dos fornecedores, com base nos fornecimentos e nas respetivas ocorrências.



---

## ANEXOS

ANEXO II – Modelo de declaração de habilitação

ANEXO III – Modelo de declaração de inexistência de impedimentos

ANEXO IV – Modelo de Declaração Bancária

ANEXO V – Modelo de garantia bancária/seguro de caução

ANEXO VI – Modelo de caução por depósito em dinheiro

ANEXO B – Modelo de indicação do preço contratual



---

**ANEXO II**  
**Modelo de declaração**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (i)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (ii) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (iii)] os documentos comprovativos de que a sua representada (iv) não se encontra nas situações previstas nas - alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (v)].

---

<sup>i</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>ii</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>iii</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>iv</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>v</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



---

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**

**[a que se refere o n.º 4, do artigo 69.º, do CPA]**

1 - Para efeitos do disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) (identificação) ....  
..... na qualidade de concorrente à prestação de serviços no âmbito do procedimento ....., a que se refere o  
anúncio datado de ....., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra  
abrangida pela previsão constante do nº 3 do artigo 69.º.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado  
diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou  
agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé  
pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

... (local),... (data),... [assinatura].





**ANEXO IV  
MODELO DE DECLARAÇÃO BANCÁRIA**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 179º]**

**Procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), cujo anúncio foi publicado no Diário da República de ..., e no Jornal Oficial da União Europeia de ... (se aplicável)**

... (designação, número de identificação fiscal e sede) (adiante, instituição de crédito), neste ato representada por ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de ... (qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra), com poderes para o ato, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) (adiante, candidato) venha a apresentar no referido procedimento, o seguinte:

- a) A instituição de crédito obriga-se, perante o candidato e ... (designação, número de identificação fiscal e sede da entidade adjudicante), a pôr à disposição do candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;
- b) Em cumprimento da obrigação prevista no número anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a instituição de crédito atribui ao candidato uma linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;
- c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

...(local)...(data),...(assinatura).



**ANEXO V**  
**Modelo de garantia bancária/seguro de caução**

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessar) n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (adjudicatário), vem o(a) \_\_\_\_\_ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º, do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a [até 5%] do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



---

**Anexo VI**

**Modelo de caução por depósito em dinheiro**

..... €

Vai ..... com escritório em ....., depositar na ..... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição), a quantia de ..... € (..... euros), como caução referente às obrigações decorrentes do contrato de aquisição da prestação de serviços relativa ao Concurso Público *[com publicação de anúncio no JOUE]* para “.....”.

Este depósito fica à ordem do (identificação da entidade adjudicante), com sede na (....), entidade a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



---

**ANEXO B**  
**MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL**

... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em ....., pessoa coletiva n.º ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o nº ....., com o capital social de ....., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a **aquisição de serviços de segurança e de vigilância nas instalações e equipamentos do Município de Guimarães e Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)**, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de ..... Euros (..... euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data...

Assinatura...